As parcerias assentados-usinas sucroalcooleiras revisitadas: as tramas das negociações de contratos

(The partnership settlers-sugarcane industries revisited: the plots of contracts deals)

Luís Antonio Barone
Unesp/Uniara. Presidente Prudente/Araraquara, São Paulo (SP), Brasil
Reginaldo Barbosa Almeida
Uniara. Araraquara, São Paulo (SP), Brasil
Vera L. S. Botta Ferrante
Uniara. Araraquara, São Paulo (SP), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: Este trabalho objetiva aprofundar a análise das parcerias entre assentados rurais e a agroindústria sucroalcooleira para fins de produção de cana em parcelas dos lotes da reforma agrária. O estudo tem como base empírica os assentamentos do interior paulista, mais especificamente aqueles localizados no entorno da cidade de Araraquara. A discussão parte da perspectiva da trama de tensões sociais constituídas pelas relações sociais e políticas entre trabalhadores rurais assentados, usinas/destilarias e vários outros mediadores que buscam construir critérios para o encaminhamento desta produção. A pesquisa analiso os primeiros contratos e as atas de negociações entre as partes no encaminhamento de um segundo ciclo de plantio, revelando conflitos, recusas e acomodações. A canavicultura se desenvolve nesses assentamentos há vinte anos, revelando aspectos contraditórios, num jogo de heteronomia e assimetrias conjugado com a geração de uma renda por vezes reaplicada em outras atividades produtivas nos próprios lotes.
Palavras-chave: assentamentos rurais, parcerias comerciais, setor sucroalcooleiro.

Abstract: This work aims to deepen the analysis of partnerships between rural settlers and the sugarcane agro-industry for the purpose of sugarcane production on plots of land reform projects. The study is empirically based on settlements in the countryside of São Paulo state, more specifically those located around the city of Araraquara. The discussion starts from the perspective of the web of social tensions constituted by the social and political relations between settled rural workers, sugar industries, and anothers mediators who seek to establish deals for the management of this production. The research analyzes the first contracts and minutes of negotiations between the parties in the management of a second planting cycle, revealing conflicts, refusals, and accommodations. Sugarcane cultivation has been developing in these settlements for twenty years, revealing contradictory aspects, in a game of heteronomy and asymmetries combined with the generation of income that is sometimes reinvested in other productive activities on the plots themselves.
Keywords: rural settlements, commercial partnership, sugarcane industries.

1. Introdução

Este trabalho reflete o momento de um programa de investigação de longo alcance tematizando o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo[1]. Trata-se, aqui, de uma dimensão fundamental e especialmente crítica da inserção desses novos espaços rurais nos respectivos contextos regionais: sua relativa especialização econômica através de uma integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro, fenômeno

[1] O referido programa de pesquisa é aquele desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – NUPEDOR desde a segunda metade da década de 1980. A partir de sucessivos projetos, a equipe do Nupedor tem monitorado a trajetória socioeconômica e política dos assentamentos rurais em distintas regiões do Estado de São Paulo. O projeto atual chama-se "Interações entre grupos de pesquisa: perspectivas e limites dos assentamentos em diferentes territórios" (CNPq.

que caracteriza as experiências de assentamentos rurais das regiões central e norte do Estado[2]. Não se trata de um fenômeno recente, sobretudo no universo empírico enfocado, mas seu impacto na trajetória desses assentamentos há vinte anos revela uma desafio, tanto para a explicação sociológica quanto para a ação pública.

Ao retomar essa questão, desafiadora de noções pré-concebidas acerca da reforma agrária, a pesquisa busca os liames que unem o passado ao presente, justamente a partir dos grupos de assentados que investiram na chamada parceria. Tem-se, hoje, quarenta anos de projetos de assentamentos instalados (especificamente no caso dos primeiros Núcleos do P.A. Monte Alegre) e vinte anos de cultivo de cana para fornecimento agroindustrial nos mesmos. Este trabalho apresenta um aprofundamento sobre a dinâmica tensa e conflitiva que caracterizou o início dessa parceria.

2. Por uma revisão da literatura: a cana na região e como solução para os limites econômicos dos assentamentos

O Projeto de Assentamento Monte Alegre (PA Monte Alegre), que conta com seis núcleos instalados a partir de 1985 (núcleos I, II e III), localiza-se na Região Administrativa Central do Estado (RAC) e tem seu território disposto entre os municípios de Matão, Araraquara e Motuca (este último, emancipado de Araraquara nos anos 1990). A região tem diversos assentamentos rurais, sendo a microrregião de Araraquara aquela que concentra o maior número deles, com aproximadamente 600 famílias assentadas. Essa região caracteriza-se, ainda, pelo alto dinamismo do agronegócio, com empresas sucroalcooleiras, citrícolas e madeireiras de Pinus e Eucalipto, cobrindo uma vasta extensão territorial. No entanto, a maior ocupação do solo regional está sob controle das agroindústrias sucroalcooleiras.

Araraquara assistiu, no início do Século XX, a um fortíssimo desenvolvimento da cafeicultura, justamente a partir da infraestrutura econômica legada pela canavicultura – que praticamente deixara de existir na época, até voltar a crescer na região após a crise dos anos 1930. Neste primeiro período da canavicultura, foi instalada a primeira agroindústria modernizada na região – o Engenho Central Freitas, em 1898 – adquirido, décadas mais tarde, pela família Morganti e origem da usina Tamoio, uma das maiores do país nos anos 1950

[2] Essa área está sob jurisdição da "Diretoria Regional VII Norte" da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (com sede em Araraquara).

(Mendonça; Queda, 2018; Ferreira, 2008)[3]. Mendonça e Queda (2018) indicam o constante crescimento dessa indústria na região a partir dos anos 1940. Impulsionada pelos benefícios do IAA e pelo aumento do consumo interno, mais usinas foram implantadas com destaque, para os interesses deste trabalho, à Usina Santa Luiza (em Motuca), criada em 1959.

Com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), iniciado em 1975, Baccarin (2019) aponta que a canavicultura assumiu a hegemonia no espaço rural paulista. Assim, Araraquara, como região tradicional, acabou sendo beneficiada por investimentos em destilarias. Ferreira (2008) acrescenta que essa modernização da agroindústria canavieira pós-1970 foi acompanhada por um processo de concentração de terras. O final do século XX e o início do século XXI foram marcados pela desregulamentação do setor, pela aceleração da mecanização da lavoura e por um novo momento de euforia - impulsionado pelo mercado favorável de açúcar/etanol e pela entrada de novos capitais, inclusive internacionais. Asssite-se, então, a uma tendência de diminuição do trabalho manual e aumento da concentração fundiária (Baccarin, 2019; Mendonça; Queda, 2018). Atualmente, mais da metade do território de Araraquara é tomado pela canavicultura (Baccarin, 2019).

Nesse contexto regional, a luta pela terra foi consequência direta dos movimentos grevistas dos bóias-frias, conhecidos nacionalmente pelas greves de Guariba (Barone, 1996; Ferrante, 1992; Welch, 2010). Os bóias-frias dessa região passam, a partir dos anos 1980, a reivindicar terra de forma mais consistente, integrados ao contexto do I Plano Nacional de Reforma Agrária (Ferrante, 1992; Barone, 1996). Em comparação com inúmeros outros projetos de assentamentos rurais, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada. Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno socioeconômico, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Serão elas as protagonistas dos distintos núcleos do PA Monte Alegre, universo empírico específico deste trabalho.

Mas a produção sucroalcooleira não forneceu apenas o cenário/território econômico e os atores/sujeitos desses projetos de assentamentos. Além de uma vizinha incômoda, a

[3] A complexa relação entre latifúndio canavieiro e reforma agrária na região tem, no PA Bela Vista do Chibarro (em Araraquara), uma de suas evidências mais claras. A antiga "Seção Bela Vista" da usina Tamoio, falida e desativada no início dos anos 1980, será desapropriada em 1989, dando origem ao PA Bela Vista do Chibarro, que – embora não discutido neste trabalho – também reintroduziu, no final dos anos 1990, a canavicultura agroindustrial em seu território "reformado" (Barone, 2002).

produção canavicultora nunca deixou de se insinuar no próprio interior dos assentamentos. A partir das portarias do Instituto de Terras que normatizaram os contratos de parcerias entre assentados e usinas, essa alternativa se amplia para além da região Central do Estado, por mais que tenha sido ali, nas demandas e nas estratégias de usinas e assentados, que a ideia de tais portarias se firmou na compreensão de agentes oficiais ligados ao ITESP (Ferrante; Barone, 2011).

Especificamente sobre esse fenômeno das chamadas "parcerias" entre assentados e empresas sucroalcooleiras em São Paulo, existe já uma literatura de referência – na qual a produção do Nupedor se faz presente. Destaca-se, aí, artigo de autoria de investigadores do núcleo (FERRANTE; BARONE, 2011), síntese dos levantamentos realizados durante aquilo que foi o primeiro ciclo de produção de cana-de-açúcar agroindustrial nos assentamentos de São Paulo. Ali, os autores refletem sobre as tensões e contradições que marcaram essa parceria entre assentados e usinas, com destaque para a mobilização em torno dessa questão. Suas conclusões, no entanto, revelam, além dos paradoxos relativos à integração ao circuito agroindustrial - com evidentes assimetrias de poder de negociação – a busca por autonomia socioeconômica, afirmação cidadã e, até mesmo, uma certa diversificação produtiva – ocorrida, inclusive, a partir da renda oriunda da produção de cana.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial, encontramos o exemplo mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso na produção acadêmica voltada a esta temática, tanto na região em tela (Stetter, 2000; Baú, 2002; Amorim et al., 2016), quanto em outras regiões (Ferreira Jr., 2007; Ferrante; Barone, 2011).

Amorim et al. (2016) realizaram simulações econômicas a partir de assentamento rural na mesma regional do ITESP (Horto de Ibitiúva, no município de Pitangueiras), num comparativo entre as formas de gestão do cultivo para fornecimento agroindustrial. Entre simplesmente arrendar os lotes ou desenvolver os cultivos na modalidade de "parceria", com locação de máquinas e compra de insumos, a segunda alternativa se mostrou 12% mais rentável que o arrendamento. No caso de compra do maquinário, a operação só seria mais vantajosa se ocorresse de forma coletiva – a partir de seis assentados associados. Na experiência concreta evidenciada em Araraquara, se o arrendamento simplesmente não era possível por força da Portaria Itesp, as parcerias se encaminharam numa forte dependência e heteronomia nas operações realizadas pelas usinas "recebedoras" da cana.

O esforço analítico deste trabalho se organiza a partir da noção sociológica de "trama de tensões sociais", desenvolvida também no bojo das reflexões do Nupedor (Barone, 2002; Ferrante; Barone, 2011; Barone, Ferrante, 2012). A "trama de tensões" em questão é evidenciada no confronto entre os distintos agentes sociais que constituem e disputam o campo social específico gerado a partir da política de reforma agrária/assentamentos rurais. Assim, os resultados da investigação são interpretados à luz desse jogo de forças sociais - que por vezes opõem, por vezes alinham sujeitos diversos - protagonizadas pelos assentados nas suas estratégias de desenvolvimento (ou bloqueio) das experiências de reforma agrária. Resistências, acomodações, recusas e conflitos se sucedem nas relações econômicas e políticas travadas por diferentes segmentos sociais, tendo no centro da investigação, a luta dos trabalhadores rurais beneficiários dos projetos de assentamentos.

3. Metodologia

Ao retornar a essa questão, a pesquisa tem buscado os assentados que aderiram ao plantio de cana já em 2006 (início do primeiro ciclo) para avaliar suas impressões atuais do processo. Também foi recolhida uma significativa documentação – mantida como sigilosa na ocasião e, portanto, não avaliada há 15 anos atrás – capaz de iluminar aspectos dessa polêmica parceria, tão paradoxal quanto definidora da condição de assentado da reforma agrária no contexto local.

O encaminhamento da pesquisa tem se valido do mapeamento dos assentados que participaram do primeiro ciclo de cultivo da cana, tanto no assentamento Monte Alegre quanto no Horto de Bueno de Andrade – ambos com parcerias regidas pela Portaria 77/04 do ITESP. Tais depoimentos foram cotejados com uma documentação levantada, tanto junto aos assentados quanto no ITESP (regional de Araraquara) e na Gerência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego - agência protagonista de Mesas Redondas voltadas às negociações que marcaram a transição do primeiro para o segundo ciclo de plantio de cana nos assentamentos.

Inúmeras atas foram recolhidas e analisadas, buscando identificar os agentes envolvidos, suas posições e – a partir de um segundo cotejamento, agora com a literatura sobre esse processo – suas estratégias em busca de um melhor posicionamento no contexto das parcerias entre assentados e usinas.

4. Resultados

4.1 A cana e os assentamentos rurais: vizinha incômoda; parceira econômica

Na sua origem, em meados dos anos 1990, a proposta de um "consórcio" para produção de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre envolveu a Prefeitura de Motuca, uma usina localizada no município (da qual o prefeito de então era diretor) e o ITESP. Desde sempre, os desdobramentos dessa proposta geraram discussão, divisões e até episódios de violência.

Justamente os primeiros ciclos agrícolas dos assentamentos, experimentados com muito entusiasmo, tiveram maus resultados financeiros, dados os altos custos e juros da produção (arroz e milho). Tal dificuldade acabou endividando muitos assentados; a parceria, então, surge como uma alternativa para superação dessa situação crônica de inadimplência. A polêmica adesão dos assentados ao cultivo agroindustrial da cana-de-açúcar acaba por ser o mais evidente e, ao mesmo tempo, contraditório exemplo do jogo de resistências e acomodações que permeia a trajetória dos assentamentos.

Desde então, a pressão que as usinas exerceram sobre os projetos de assentamentos de Araraquara, a fim de que se dedicassem à produção canavieira para as agroindústrias, nunca se interrompeu. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituiu, portanto e desde sempre, numa sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Após anos de debates e polêmica, o ITESP, através de portarias (75, de 2002, modificada pela 77, de 2004), autorizou parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. A portaria acabou por consentir e legalizar, sob regras, o plantio da cana, como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios. No texto da Portaria 77, foi estabelecido o limite de 50% da área total nos lotes com área até quinze hectares (algo reproduzido nos contratos celebrados entre assentados e usina). A determinação foi de que a exploração deveria ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permitisse a participação direta dos beneficiários no planejamento, na condução e na comercialização da produção. Tais determinações, no entanto, contrastam com o que passou a ocorrer.

Acerca dos resultados desse primeiro ciclo, Ramos (2009), que entrevistou os assentados que plantaram cana, cita que estes não rechaçam totalmente a experiência, considerando que ela foi financeiramente vantajosa por algum tempo e que, se fossem repetir essa cultura, buscariam maior controle no contrato e nos mecanismos de avaliação da cana colhida. Nota-se, nessas experiências, uma possibilidade de obtenção de renda que, no correr de poucos anos, assiste uma drástica redução. Apesar disso, conforme explicitado por uma assentada num outro projeto do município de Araraquara:

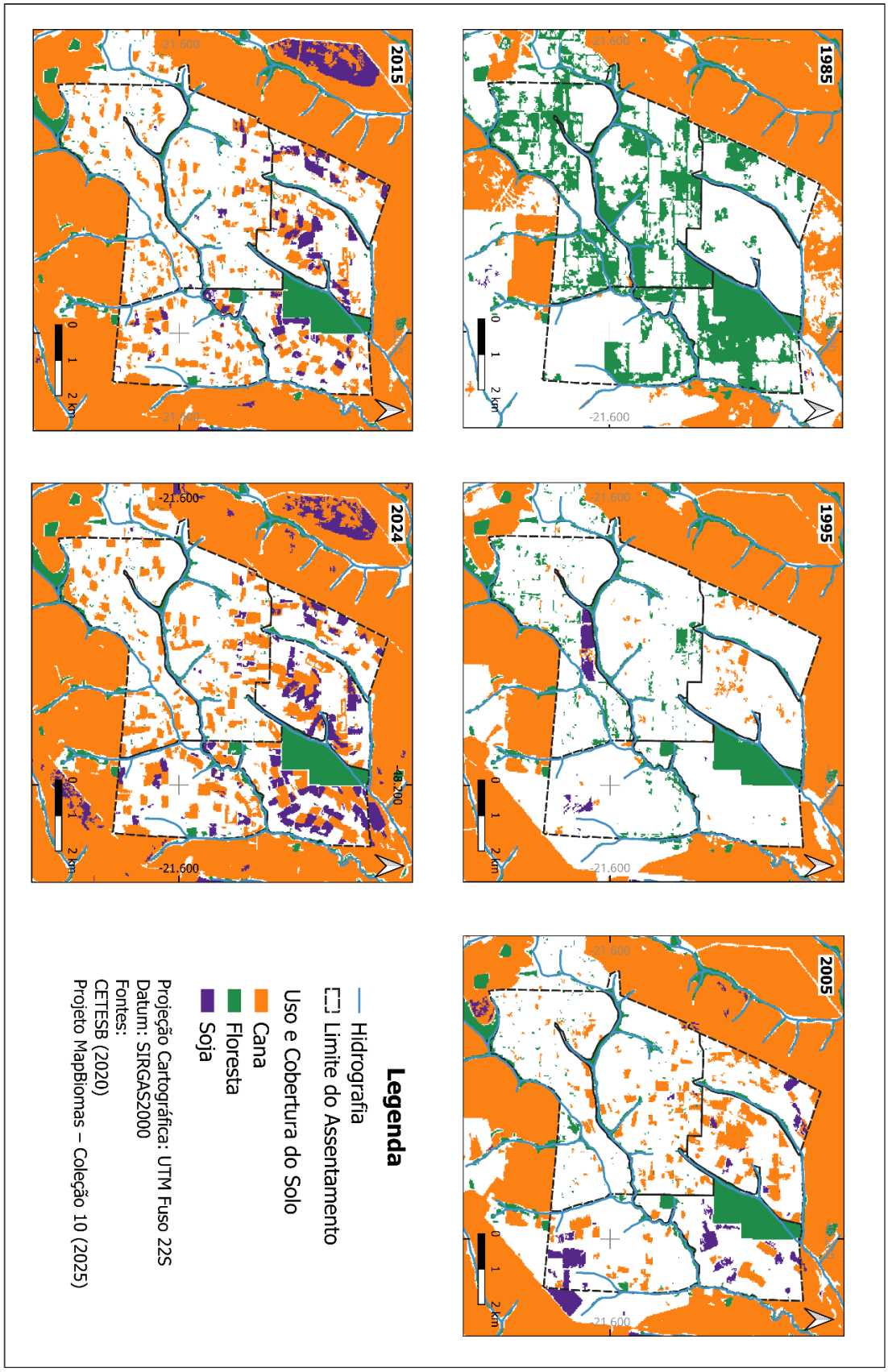
> Sei que foi pouco o que recebemos, pois para nós sobrou liquido R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no ano de cultivo da cana. Foram 8 hectares de terra arrendados para a usina, mas se não fosse o arrendamento, nem isso teríamos ganhado [assentada no PA Horto Bueno de Andrade, sobre a safra 2010] (Almeida, 2011, p 51).

Note-se, especialmente, a referência ao termo "arrendamento" e não "parceria". Tal expressão denota, em parte, a maneira pela qual muitos assentados entendem as parcerias, sobretudo na situação – explicitada adiante – na qual os assentados não dispõem de recursos para executar todas as fases do cultivo da cana, restando para a Usina a "prestação de serviços" aos "fornecedores", atendendo todos os requisitos técnicos que ela própria – a compradora – exige do agricultor (conformando-se, nessa situação, virtualmente o arrendamento das glebas do assentamento).

Com a publicação das Portarias do ITESP que permitem o plantio de cana, ocorreu uma explosão de contratos no assentamento Monte Alegre. Desde então, o número de assentados que tem aderido à parceria tem oscilado a cada ciclo vegetativo da cana, que corresponde à cerca de seis anos. Pelos contratos celebrados, apenas o trato e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte, na verdade, seria feito por mutirões. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão de obra por turmas da usina. Este é um dos fatos, denunciados pelo grupo contrário à cana, que caracterizariam a "parceria" como arrendamento: em muitos lotes não há trabalho familiar nos canaviais.

A evolução dos contratos oscilou, mas a ampliação das áreas com cana na Monte Alegre fica evidente ao longo dos anos (Carlini, 2026), esclarecendo, em adição, que a virtual "tomada" de boa parte do território microrregional pela canavicultura também ocorre desde os anos 1980. A Figura 1 (abaixo) evidencia tanto a implantação da canavicultura agroindustrial no interior do assentamento, assim como sua crescente predominância na cobertura do solo em toda a área do entorno da Monte Alegre – um assentamento ilhado por um "mar de cana".

Figura 1: evolução da cobertura do solo no PA Monte Alegre e seu entorno (1985-2024)



Fonte: Carlini, 2026, p 62.

4.2 *As negociações em pauta(s): a mobilização dos atores no encaminhamento dos novos contratos com as usinas*

Os primeiros contratos de fornecimento de cana agroindustrial em assentamentos estaduais foram celebrados ainda em 2005, sob condições apresentadas pela Portaria 77 do Itesp, publicada oficialmente alguns meses antes, em dezembro de 2004. A "recebedora" foi a Usina Santa Luiza AS, do município de Motuca - que sempre teve uma relação sui generis com o PA Monte Alegre. Não se trata apenas da proximidade geográfica, considerando-se que a maior parte do Monte Alegre está situado no território municipal de Motuca – pequeno município na microrregião de Araraquara. Acima de tudo, há uma forte mediação política nessa relação de fornecimento, representada pessoalmente pela figura de um ex-prefeito de Motuca, ele próprio diretor da Usina Santa Luiza e artífice de propostas e manifestações em prol dessa parceria desde a década de 1990.

É importante ressaltar que essa parceria dos assentados com a Santa Luiza, conforme apontou Almeida (2011) tem nomeados nos contratos três sujeitos: primeiramente, a Fundação ITESP – real detentora dos direitos dominiais sobre as terras, que são públicas e estão sob sua jurisdição; o agricultor assentado, que o autor define, sob a luz do direito agrária vigente, já como um primeiro "parceiro" - considerando sua problemática condição de beneficiário de projeto de assentamento em terras públicas estaduais; e, por fim, a Usina Santa Luiza, considerada pelo autor como "subparceira" (Almeida, 2011, p. 39). A Portaria 77 dirimiu, portanto, uma contradição jurídica, pois o Instituto de Terras, como detentor do domínio e segundo a chamada Lei de Valorização das Terras Públicas (de 1985), proíbe o assentado beneficiário "ceder" o uso do lote para terceiros. Essa Portaria revoga - sob condições, é verdade - a proibição dessa prática, autorizando *ex-ante* essa cessão de terras às usinas (Almeida, 2011)[4].

Almeida (2011) também documenta um outro aspecto desse contraditório movimento – justamente a mudança de postura do ITESP ao longo de uma década de debates sobre essa alternativa produtiva. O autor recolheu o seguinte relato de uma assentada do Horto Bueno de Andrade avaliando esse vai-e-vem do Itesp:

[4] Essa análise jurídica dos processos de parceria é evidência de uma complexa trama jurídica, construída a fim de se legalizar um procedimento que, sob a ótica das normativas do INCRA, por exemplo, nunca foi aceito. No entanto, o plantio de cana no assentamento Bela Vista do Chibarro, PA federal também localizado em Araraquara, também foi estabelecido,. mantendo essa problemática condição de uma forte presença da cana sem qualquer mediação do órgão de gestão da política de reforma agrária.

> *Fomos assombrados por muito tempo pelo ITESP. Quando pegamos a terra, os responsáveis pelo setor eram a Marta e o Ivã. Eles faziam questão de estar sempre nos lembrando que plantar cana no lote era uma atividade irregular. Por esse motivo, muitos dos moradores do assentamento resistiram até o último momento para contratar [a Usina]... Quando o ITESP surgiu com a proposta do projeto de parceria nós desconfiamos no primeiro momento. Uma hora o ITESP proíbe, outra ele permite esse tipo de atividade econômica no assentamento* [assentado do Horto Bueno de Andrade] (Almeida, 2011, pp 47-48).

Ainda na análise dos contratos desse primeiro ciclo, observa-se exatamente aquilo que Almeida (2011) denuncia nos contratos celebrados por outras empresas no contexto do PA Horto de Bueno de Andrade (também localizado em Araraquara): uma duplicidade de finalidade nos contratos, pois, para além de um simples contrato de fornecimento de cana, estabelecem-se critérios de prestação de serviços por parte da Usina aos assentados. A usina, diante da eventual necessidade do assentado "fornecedor", poderia arcar com os custos das mudas, do plantio, dos tratos culturais e até mesmo corte e transporte (cláusulas 4.1 a 6.2 do "Compromisso Particular de plantio, cultivo e fornecimento de cana-de-açúcar safra 2006-2010 – Contrato 2005-025-0" – documento levantado pela pesquisa). Almeida (2011) questiona essa duplicidade de objetivos, pois toda essa segunda parte refere-se a um acordo de prestação de serviços regido, a princípio, por outros documentos legais – como o próprio Código de Consumidor.

Duas questões são merecedoras de destaque nesse processo que compreende o primeiro ciclo de fornecimento de cana a Usinas pelos assentados da Monte Alegre. A primeira é a constatação de que a totalidade dos assentados se utilizou dos serviços (no todo ou em parte) da agroindústria para o cultivo da cana nos lotes, que cobrou por isso. Apesar disso, os assentados investigados indicam que a parceria garantiu o pagamento de dívidas preexistentes, contraídas em razão do insucesso de vários projetos produtivos anteriores. Essa boa avaliação muda exatamente na última safra, em 2010. Isso se deve à falência da Usina Santa Luiza e às dificuldades da mesma em honrar seus compromissos.

Já nas discussões que antecederam esses primeiros contratos, ainda durante o idealizado "consórcio", uma série de benefícios indiretos aos assentados foram ventilados (Ferrante; Barone, 2011): tanto a contratação de mão-de-obra de dependentes dos titulares quanto a compra de produção agrícola e a "cama de frango" (um fertilizante natural) estiveram em pauta. Num jogo de contraprestações mediadas tanto pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara quanto pelo prefeito de Motuca, alguns desses benefícios foram ativados nos primeiros anos da parceria. Misto de clientelismo e acordo informal, a

Usina Santa Luiza – muitas vezes chamada de "usininha" pelos assentados – acabou por cumprir alguns acordos nesse sentido, especialmente com relação à chamada cama de frango, o que não apenas legitimava sua presença no assentamento como também, por óbvio, aumentava a renda dos fornecedores. A relação com a "usininha" teria, portanto, sido muito boa – emulando ou recriando alguns comportamentos próprios de um contexto agrário tradicional, num universo de "economia moral" (BARONE, 1996).

O fechamento da Usina Santa Luiza - a "usininha" –dificultou a última safra do primeiro ciclo, assim como determinou novos rumos dessa "parceria". A partir da documentação recolhida na pesquisa, outros personagens começam a entrar em cena. O primeiro deles, mobilizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara (no conjunto das atas, por vezes nominado como FERAESP)[5], foi o Ministério do Trabalho – a partir da sua Gerência Regional de Araraquara.

A análise das atas de "Mesas Redondas" – sob o número de processo 4653.001111/2010-42 do MTE – revela que, já em junho de 2010, os assentados, a partir de então representados pelo Centro de Desenvolvimento e Integração Rural do Assentamento Monte Alegre (CEDIR-Monte Alegre)[6], preocupados com o fechamento da Santa Luiza, recorrem ao Ministério do Trabalho para mediar novos acordos com um grupo de empresas que podem comprar a produção da Monte Alegre (a princípio três e, logo a seguir, na reunião ocorrida no dia oito de junho, quatro empresas). Durante as primeiras negociações das Mesas Redondas, a preocupação é com o encaminhamento da safra 2010, notadamente nas atividades de corte, colheita e carregamento.

As atas esclarecem que, no tocante à colheita, muitas vezes os assentados foram mobilizados a partir de mutirões ("utilização de mão-de-obra própria do assentamento"), mas, em 2010 uma série de condições impediam esses mutirões (redução de número de pessoas, envelhecimento de assentados, empenho em outras atividades produtivas). Tal negociação revela que, na ausência de tecnologia própria para o cultivo agroindustrial da cana – com

[5] A liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara foi fundamental para o sucesso na conquista dos assentamentos da região de Araraquara. A partir de uma estratégia mais ligada ao segmento dos assalariados rurais, o STR-Araraquara rompe com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) e passa a integrar a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (a FERAESP). Apesar dessa guinada organizativa, o sindicalismo da FERAESP manteve sua atuação junto à luta pela terra e à organização dos assentados em sua base territorial (FERRANTE, 1992; Barone, 1996).

[6] O CEDIR-Monte Alegre é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) fundada na Monte Alegre nos anos 2002-2003 a partir da atuação da Secretaria Municipal de Econômico de Araraquara, com o intuito de facilitar a relação dos assentados com o Poder Público Municipal no tocante ao desenvolvimento de projetos econômicos. Como pessoa jurídica que tem a defesa dos interesses dos cidadãos da Monte Alegre como seu objetivo, essa OSCIP passa a representar os fornecedores da Monte Alegre na ausência de uma organização própria (algo que só acontecerá em 2018, com a retomada de uma antiga associação de produtores).

etapas realizadas pela usina – restou aos fornecedores assentados apenas o trabalho do corte manual da produção. Com relação a essa questão, a partir da concordância do ITESP, acordou-se pela utilização de equipes de trabalhadores das próprias usinas no corte e carregamento da cana da Monte Alegre em 2010.

Assim, além de restar pouco ou nada de mão-de-obra das famílias do assentamento nas diferentes etapas do cultivo da cana na Monte Alegre, essa última safra apresenta um rendimento baixíssimo para o assentado. As causas disso vão, desde o desleixo no último cultivo – a Santa Luiza já estava enfrentando severas restrições econômicas antes de encerrar suas atividades – até o desconto, nas toneladas colhidas em 2010, do pagamento a terceiros das atividades de corte/carregamento que muitos assentados tentaram realizar em anos anteriores através de mutirões – iniciativas que nunca envolveram a todos os parceiros-fornecedores, em função da frágil organização das famílias assentadas (Ferrante; Barone, 2011).

No contexto estudado por Almeida (2011), um assentamento estadual nas proximidades da Monte Alegre, a indisposição da nova "recebedora" ficou manifesta desde o primeiro momento da colheita de 2010, levando a que alguns repassassem sua cana para terceiros (o que é vedado pelo contrato):

> Quando começou a safra eu ligava para a usina para saber o que ia fazer com a cana esse ano. Mas, todas as vezes que eu tentava, não conseguia falar com o responsável. Diziam que assim que ele chegasse retornava a ligação. Passou-se quase toda a safra e nenhuma resposta da usina. Um dia desses um vizinho que tem um sítio aqui perto do assentamento propôs-me comprar a cana que era do contrato da usina. Como a usina não dava resposta e o preço parecia ser melhor do que poderíamos tirar vendendo a cana para a usina, vendemos toda a nossa cana [entrevista com assentado João – Horto de Bueno de Andrade] (Almeida, 2011, p 54).

A má-vontade da usina dificultou demais a conclusão dessa última safra da cana. A Usina em questão, além de não atender aos assentados fornecedores, alegava, de forma indireta, que a cana dos assentamentos estava fora dos padrões e, portanto, não seria lucrativo retirá-la (ou seja, comprá-la).

As avaliações dos assentados acerca da renda por eles auferida nos últimos anos do primeiro ciclo de plantio de cana nos assentamentos sob jurisdição do ITESP em Araraquara, variaram muito. O certo, ainda segundo Almeida (2011), é o completo abondono por parte da Fundação ITESP, que só vai retomar algum protagonismo na autorização para a colheita feita com mão-de-obra externa na última safra e na participação nas "mesas redondas"

patrocinadas pelo Ministério do Trabalho entre 2010 e 2011, na busca por se reestabelecer critérios específicos para a chamada parceria entre assentados e usinas.

A Gerência Regional do MTE voltará a ser reunir com os diferentes atores ligados às parcerias na Monte Alegre apenas em agosto de 2011, em face do que se pode considerar o segundo ciclo de canavicultura agroindustrial – o que corresponderia às safras de 2013-2017[7]. Novamente um grupo de empresas volta a manifestar interesse em plantar cana nos lotes do PA Monte Alegre. Nos termos lavrados na ata de 10 de agosto de 2011, os assentados apresentam a demanda por "renovação dos canaviais em diversos lotes de todos os assentamentos" (todos os núcleos da Monte Alegre mais o PA Horto de Bueno de Andrade). Com relação ao encaminhamento dos trabalhos nas distintas atividades de cultivo, na etapa específica de "plantio", o documento do MTE apresenta nominalmente quatro ações envolvidas: "sulcação; insumos (adubos e herbicidas); colocação e repicagem dentro do sulco; cobrição" (Ata da Mesa Redonda – Processo 46.253.001830/2011-44). Nos debates havidos nessa sessão de mesa redonda, o CEDIR indicou que "parte dos assentados" pretendem realizar a etapa "colocação e repicagem dentro do sulco" com mão-de-obra própria, em regime de mutirão.

Numa próxima reunião, havida em 14 de setembro de 2011 (data estipulada pela mesa anterior), além dos representantes do CEDIR, só estavam presentes representantes do ITESP, da Prefeitura de Motuca (esta já como mera observadora) e de duas empresas agroindustriais. As tensões relativas ao encaminhamento deste segundo ciclo parecem ganhar mais intensidade a partir do que se depreende da ata recolhida pela pesquisa. Em primeiro lugar, salta aos olhos as ausências tanto do Sindicato de Araraquara quanto de três agroindústrias convidadas, inclusive a que finalizou o ciclo anterior em substituição à Santa Luiza.

Evidencia-se distintas posições dentre os próprios assentados com relação à proposta de mutirão para a etapa de plantio discutida na reunião de agosto de 2011. Assentados dos Núcleos II, III e VI da Monte Alegre divergiram dos assentados dos Núcleos I, IV e V. Os primeiros optando por deixar as "recebedoras" fazerem todas as etapas de plantio, enquanto os últimos mantiveram a disposição de realizar a colocação e repicagem no sulco em regime de mutirão.

[7] Esclarece-se que, concretamente, os assentados puderam aderir a contratos de fornecimento ao longo de cada ciclo, não havendo, a partir dos primeiros contratos (celebrados em 2005) uma absoluta coincidência entre os ciclos aqui datados e os ciclos para fornecimento de cada contrato tomado individualmente (cada assentado celebra um contrato, não necessariamente nos mesmos anos que os outros).

Ao mesmo tempo em que essa divisão entre encaminhamentos se explicita, o CEDIR retoma, frente às duas empresas presentes, algumas propostas que a falida "usininha" contemplou durante o primeiro ciclo – mesmo que não constando dos contratos formais lavrados entre esta e os assentados: 1) "contratação de moradores" do assentamento (agregados e dependentes dos "fornecedores") para trabalhar nas etapas de campo no Monte Alegre; 2) "possibilidade dos assentados assumirem outras etapas – como a preparação do solo"; 3) "não cobrar por operações que não foram realizadas" (algo que foi denunciado ter acontecido em outros assentamentos); 4) "compra de produtos hortifrutigranjeiros e cama-de-frango (6.800 ton./ano) produzidos pelos assentados". No rol de propostas ainda consta a cobrança por um descritivo das distâncias entre os Núcleos e as usinas (algo que impacta no desconto de transporte), apresentação de planilhas de custos da etapa de corte e carregamento – já que essa atividade estava sendo repassada para as usinas – e apresentação dos dados de produção ao final de cada safra. Além disso, propôs-se também o pagamento da cana colhida na proporção de 80% logo após o corte, podendo ser os 20% restantes pagos parceladamente.

Sobre a divisão dos assentados quanto ao plantio, restaram detalhes a ser esmiuçados, tanto nos contratos quanto no encaminhamento, como no caso de assentados buscando assumir a preparação do solo e seu impacto na distribuição de recursos/equipamentos durante esse ciclo. Além disso, indica-se a busca por maior clareza e controle dos custos cobrados pelas usinas recebedoras – certamente um instrumento de redução dos preços efetivamente pagos – e uma planilha individualizada de custos por produtor, que seria partilhada com o ITESP[8]. Também a forma de pagamento, termo usualmente constante em contratos de compra e venda, não parece ser de difícil acordo. No entanto, ressalta-se a lista apresentada das vantagens indiretas aos assentados fornecedores, tanto na contratação preferencial de mão-de-obra das famílias envolvidas no projeto da cana, quanto na compra da produção e insumos (cama-de-frango) dos mesmos – algo que o jogo de clientela e contraprestações políticas mantidos com a "usininha" permitiu por alguns anos do primeiro ciclo.

Uma sequência de reuniões esvaziadas tem início a partir de então. Em cinco de outubro de 2011, nenhuma agroindústria se faz representar presencialmente na reunião agendada pelo MTE. Também a Prefeitura de Motuca, que antes comparecia ao lado do

[8] A documentação levantada pela pesquisa revela planilhas de custos genéricas para um possível segundo ciclo de contratos de parceria. Mesmo assim, apenas as empresas que não efetivaram a parceria com os assentados apresentaram esses documentos ao ITESP. Não foram disponibilizadas planilhas de custos (mesmo genéricas) aos assentados – que demandavam planilhas individualizadas para cada lote ocupado por cana – por parte do grupo que celebrou os contratos de parceria na Monte Alegre nesse ciclo que se iniciou em 2012.

ITESP, não se apresentou. Apenas uma das empresas presentes na reunião do mês anterior, apesar de ausente, demonstrou – via telefonema – a disposição em continuar as negociações. Duas semanas depois (em 19/10/2011), novamente apenas uma agroindústria (agora a poderosa Raízen, que centralizou diversas empresas do setor naquele período) se faz presente e demonstra interesse, mas tergiversa sobre a aceitação dos termos para os contratos ("o tema está para deliberação da direção" é o termo grafado na ata desta reunião).

Por fim, em primeiro de novembro de 2011, no que deveria ser uma nova rodada de negociações, um final não exatamente inesperado, posto que de certa forma prenunciado, mas um tanto surpreendente é anunciado. Diante de apenas uma dúzia de representantes do CEDIR e com uma "ausência justificada" do representante da Raízen, os assentados presentes declaram que teriam sido "avisados pela Suscitada 2 (Raízen) e, após as ponderações pertinentes, solicitaram o encerramento do processo". Interrompe-se, portanto, a mediação do Ministério do Trabalho nos contratos de parceria entre assentados de Araraquara e as usinas da região.

5. Considerações finais: um ciclo se finda, novos ciclos se iniciam - considerações sobre a manutenção da complexa condição de "parceiros" por parte dos assentados

A análise da mediação ocorrida no final do primeiro ciclo de contratos entre assentados e usinas sucroalcooleiras na região de Araraquara faz parte - reitera-se - de um esforço de investigação maior acerca do desenvolvimento das distintas experiências de assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. Chama a atenção aqui, uma transição entre uma tentativa mais negociada e carregada de motivações políticas e o que veio depois – ou seja, uma relação mais formal e puramente comercial entre usinas e assentados. A postura da "usininha" e seu protagonismo no município de Motuca levou à criado de um ambiente favorável à execução dos contratos com algumas vantagens aos assentados. Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara/FERAESP, mesmo sendo originalmente contrário às parcerias, acabou por assumir certa mediação nesses contratos – a rigor, desde a confecção da proposta de um "consórcio", ainda nos anos 1990. Nos contratos novos, a imposição da "lei do mais forte" (as grandes usinas) pareceu imperar absolutamente.

Mais especificamente sobre a mediação documentada aqui, ao lado da óbvia estratégia das usinas de esvaziamento das Mesas redondas promovidas pelo MTE – mesmo algumas delas manifestando "interesse em cultivar cana nos assentamentos" – a ausência, nas últimas reuniões no MTE, do Sindicato de Araraquara é notável. A conjugação entre uma ação mais

vigorosa do INCRA contra o plantio de cana agroindustrial no assentamento Bela Vista do Chibarro, também em Araraquara – ação francamente apoiada pela liderança sindical em questão – e o fim da possibilidade de uma negociação mais política acerca de vantagens não contratuais aos assentados fornecedores, algo conquistado com a Usina Santa Luiza no ciclo anterior, parece ter levado ao abandono das mesas de negociação pelo Sindicato/FERAESP. Tal ausência certamente fragilizou tanto o próprio processo de mediação tentado pela Gerência regional do MTE quanto as negociações de um novo contrato em si. Também a possibilidade de uma mediação pela Prefeitura de Motuca se inviabilizou, na medida em que a unidade industrial instalada no município foi fechada.

A divisão dos assentados, entre aqueles que ainda buscavam manter certas etapas sob controle das famílias de agricultores e os que preferiram deixar todas as atividades de produção da cana a cargo das usinas, também foi uma frente de fragilização da posição dos "fornecedores" nesse novo ciclo de contratos. Por fim, como uma dimensão evidente da assimetria entre as partes, enquanto os assentados explicitavam divergências no encaminhamento das cláusulas de um novo contrato padrão, o setor agroindustrial regional se reestruturava, alcançando uma condição de quase monopólio de capitais sucroalcooleiros no interior paulista. Entre os pequenos fornecedores assentados - muito pulverizados e com propostas díspares - e uma das mais poderosas corporações agroindustriais do país, que tipo de contrato que não, tão somente, aquele com uma isonomia formal entre as partes poderia ser celebrado?

Para além desse momento de tentativa coletiva de elaboração de critérios especiais para o fornecimento de cana às agroindústrias regionais, abruptamente encerrada para o encaminhamento de contratos diretos usina-assentados, levantou-se, que em 2012, apenas uma usina - ligada ao grupo Biosev, ele próprio resultado de um processo de fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro - celebrou contratos de "parceria" com os assentados da Monte Alegre. Nesse ciclo, no encaminhamento das atividades, todas as etapas ficaram a cargo da empresa – descaracterizando em muito o que se propunha pela Portaria 077/2004 do Itesp. Obviamente, nenhuma vantagem adicional se acrescentou à fria letra do contrato, tendo os assentados que se contentarem com a condição de meros expectadores das operações da usina em seus lotes.

No prosseguimento dessa atividade de produção agroindustrial da cana no Assentamento Monte Alegre, embora assentados tenham celebrado contratos em diferentes

anos, é notável que, para o que se pode definir como um terceiro ciclo – que sucedeu ao iniciado em 2012 – os assentados reativam, em 2018, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Monte Alegre (existente desde 2009, mas inativa). Essa reorganização se dá no bojo das discussões para esse terceiro ciclo de parceria, tendo essa organização substituído o CEDIR, cuja representatividade no tocante aos assentados envolvidos com a produção de cana era relativamente baixa (o Centro tinha como objetivos intermediar políticas públicas municipais de Araraquara para o conjunto de assentados).

As pesquisas de campo mais recentes indicam que os assentados ainda não controlam as etapas de produção da cana-de-açúcar no PA Monte Alegre. Situação distinta é vivida no PA Bela Vista do Chibarro – não discutido a fundo neste trabalho, mas parte do projeto de pesquisa – no qual um grupo de assentados se especializou na produção canavieira e domina praticamente todas as etapas do cultivo, à exceção das mudas, que são compradas das empresas "recebedoras" (as usinas). Conforme observado na Figura 1, as áreas do assentamento Monte Alegre tomadas pela cana-de-açúcar foram sendo gradativamente ampliadas ao longo dos anos, sofrendo, atualmente, certa concorrência da sojicultura – também sujeita a uma condição que se aproxima do arrendamento. O que foi mudado na trajetória dessas parcerias da Monte Alegre é que, atualmente, as usinas "recebedoras" conseguiram organizar os assentados em grupos de "fornecedores" a partir de lotes contíguos nos diferentes núcleos. Dessa forma, grupos de três, quatro ou cinco lotes são, na prática, unidos para a melhor logística da usina na implantação, cultivo e colheita da cana – lembrando que, desde meados da década de 2010, não se queima mais a cana para o corte, o que inviabiliza o corte manual e exige a mecanização também desta etapa produtiva.

Dessa forma, indica-se que, sob a ótica da racionalização das operações de produção, as usinas ampliaram seu controle territorial sobre o assentamento. Contraditoriamente, a condição de "fornecedor" de cana ainda é mencionada como incrementadora importante da renda familiar, inclusive a que é reinvestida em outras atividades produtivas nos lotes.

Em 2025, duas agroindústrias concentravam os contratos de fornecimento de cana dos assentados: a Usina São Martinho e a Destilaria Moreno - nenhuma delas, diga-se de passagem, ligada ao grupo Raízen. Da parte dos assentados integrantes da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Monte Alegre – comum e significativamente chamada de "Associação da Cana" – poucas críticas são apresentadas acerca do modelo dos contratos vigentes e dos valores pagos (sempre um assunto de difícil abordagem). Por fim e

contraditoriamente, os assentados "parceiros-fornecedores" da Monte Alegre ainda reclamam por não terem clareza a respeito dos critérios para cobrança das operações realizadas pelas usinas em seus lotes. Essa ausência de prestação de contas de forma mais sistemática e dialogada com os "fornecedores" é, sem dúvida, um importante índice da alienação desses assentados envolvidos nessas parcerias frente ao gigantesco agronegócio sucroalcooleiro regional.

Referências

ALMEIDA, R. B. **Parcerias e diversidade agrícola no assentamento Horto de Bueno de Andrade: ambiguidades e complementaridades** (Dissertação de Mestrado), Araraquara, PPGDTMA/Uniara, 2011.

AMORIM, F. R.; PATINO, M. T. O.; LUCENTE, A. R. **O dilema de arrendar ou fornecer cana-de-açúcar: Uma alternativa para geração de renda nos assentamentos da Reforma Agrária.** Revista Espacios, vol. 37, n. 23, pg. 29, 2016.

BACCARIN, J. G. **Expansão e mudanças tecnológicas no agronegócio canavieiro**: impactos na estrutura fundiária e na ocupação agropecuária no estado de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BARONE, L. A. **Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos** (dissertação de Mestrado), Araraquara, FCL/UNESP, 1996.

_____ **Conflito e Cooperação:** o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL. UNESP. Campus de Araraquara, 2002.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos Rurais em São Paulo: Estratégias e Mediações para o Desenvolvimento.** DADOS (R*evista de Ciências Sociais)*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 3, 2012.

BAÚ, C. H. R. **Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara (SP):** uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL. UNESP. Campus de Araraquara, 2002.

CARLINI, E. R. **Violência química e território: exposição a agrotóxicos, saúde humana e invisibilidades no Assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP** (Tese de Doutorado). Araraquara, PPGDTMA/Uniara, 2026.

FERRANTE, V.L.S.B. A proletarização não tem cartas marcadas (A terra no horizonte dos bóias-frias). **Natureza, História e Cultura – Repensando o Social**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992a.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L.A. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento:** Tensões, bloqueios e perspectivas texto apresentado no Seminário Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento – FAO/INCRA, Porto Alegre, março/2006.

_____ Reforma Agrária e Desenvolvimento como liberdade: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo – **Revista Retratos de Assentamentos**. Araraquara, nº 10, 2006.

_____ Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 13, p. 262-305, 2011.

FERREIRA, E. R. **A formação da região canavieira de Araraquara: O papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FERREIRA JÚNIOR, A. C. **Ações e políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata em Teodoro Sampaio/SP.** Monografia de Bacharelado em Geografia. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2007.

GOSH, M. S. et al. **OS ASSENTAMENTOS RURAIS FRENTE À EXPANSÃO DA MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE GOIÁS. Revista** Espaço & Geografia, Vol.17, No 1 (2014).

MARQUES, D. C. **Uma Análise Sócio-Jurídica da Parceria Rural em Ervália-MG.** Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais- MG, 2007.

MENDONÇA, J.; QUEDA, O. A agroindústria canavieira na região de Araraquara: a formação das usinas e os efeitos do processo de desregulamentação. **Simpósio de Reforma Agrária e Questões Rurais**, v. 8, 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/2B/2_Juliana_Mendonça.pdf. Acesso em: 02/04/2026.

RAMOS, P. Políticas públicas e perspectivas de viabilização dos assentamentos rurais. **Revista RETRATOS DE ASSENTAMENTOS**, no. 12, 2009.

ROVIERO, A. **ESTUDO DOS PEQUENOS PRODUTORES E FORNECEDORES DE CANA E TERRA PARA AS USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL DO INTERIOR PAULISTA: O CASO DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. REDD -** Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.8, n.1 e 2. 2014.

STETTER, E. A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/Fclar, 2000.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964**). São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2010.